

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI Nº 25772481/2025 - SECULT.UCP.APR

### 1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

**De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.**

Trata-se de contratação de empresa especializada para instalação de sistemas preventivos contra incêndio no Memorial da Bicicleta e na Estação da Memória, com fornecimento de material e mão de obra.

A execução deste serviço visa a complementação e adequações do sistemas de prevenção e combate a incêndios na Rua Leite Ribeiro, S/N - Anita Garibaldi, Joinville - SC, 89202-090. Tais adequações contemplam a implantação do sistema de alarme de incêndio, inclusive sua infraestrutura, adequação das sinalizações de emergência existentes e implementação daquelas ausentes. Além disso, é necessário a implantação do sistema de hidrantes no Memorial da Bicicleta e a adequação deste sistema na Estação da Memória, incluindo a estruturação das instalações elétrica visando o acionamento de bombas.

Devem ser gastos recursos públicos porque esse problema afeta diretamente a preservação da vida e do patrimônio público presente no local. Além de sua ausência deterem características que podem ensejar situações emergenciais. Diante disso, é primordial proporcionar seguridade do funcionamento do local em caso de risco de incêndio.

A adequação conforme projeto é algo essencial para o funcionamento dos empreendimentos, principalmente para conseguir aprovação do AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros).

Caso a contratação não seja executada a inexecução das intervenções acarretará em sérias consequências, incluindo advertências, multas e, até mesmo, o embargo do imóvel.

### 2 - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

**De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.**

A contratação está prevista no plano de ações da Secretaria para o ano de 2025 e 2026. Conforme previsão na ação 1.3070 - Construção, ampliação, reforma, adequação e manutenção das unidades e prédios públicos - SECULT de 2025. Conforme documentos 25788694 e 25788718.

### 3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.**

Para a adequada satisfação da necessidade da Administração, devem ser atendidos os seguintes requisitos mínimos:

- Faz necessário que a contratada possua *expertise* na área de construção civil, principalmente, em execução de sistemas preventivos de incêndio, com comprovação de capacidade técnica. Para tanto, se faz necessário que a mesma possua profissionais com experiência nas técnicas construtivas propostas, sob risco de pena de execução inadequada e/ou atraso nos serviços por sucessivos reparos.
- Pode ser realizado a subcontratação dos serviços de limpeza, escavação, dentre outros necessários à execução do objeto, desde que devidamente autorizados pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização.
- Em todos os itens do serviço, deverão ser fornecidos e instalados os equipamentos de proteção coletiva que se fizerem necessários no decorrer de todas as etapas, de acordo com o previsto na NR-06, NR-10, NR-12, NR-18 e NR-35 da Portaria nº3.214 do Ministério do Trabalho, bem como, nas demais Normas e dispositivos de segurança em vigor.
- Deverão ser fornecidos pela CONTRATADA a seus funcionários e/ou subcontratados, todos os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários e adequados ao desenvolvimento de cada tarefa nas diversas etapas do serviço, conforme previsto na NR-06, NR-10, NR-12, NR-18 e NR-35 da Portaria nº 3.214 do Ministério do Trabalho, bem como nos demais dispositivos de segurança e legislação vigentes.
- O transporte de materiais e equipamentos referentes à execução do serviço será de responsabilidade da CONTRATADA.
- Os resíduos produzidos ficarão sob responsabilidade da Contratada e devem ser efetuados/destinados dentro da mais perfeita técnica.
- A contratada deverá ter equipe suficiente para atender o objeto desta contratação, bem como ser corretamente

dimensionada para atender ao Cronograma de Execução dos serviços, além de ser tecnicamente qualificada e especializada sempre que for necessário.

- Todos os equipamentos e materiais instalados devem atender ao requisitos estabelecidos nas NTs vigentes no Estado de Santa Catarina.

Para tanto, para que o objetivo seja alcançado, a contratação necessita de mecanismos que assegurem sua conclusão, sua solidez, o atendimento dos prazos e requisitos técnicos, devendo se fazer uso dos instrumentos legais necessários e cabíveis, mas que não limitem a competitividade do certame.

É importante destacar que, para a execução deste serviço, essa equipe técnica entende como necessária a solicitação das seguintes garantias para a contratação:

- O proponente deverá apresentar garantia nos termos do Art. 96 da Lei 14.133/2021, cujo percentual indicado é de 10% sobre o valor inicial do contrato diante da complexidade técnica e dos riscos envolvidos.
- O proponente deverá apresentar garantia de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, conforme o Art. 69, §4º da Lei 14.133/2021.
- O proponente deverá apresentar garantia adicional caso a proposta seja inferior a 85% do valor orçado pela Administração, nos termos do Art. 59, §5º da Lei 14.133/2021.

Tais requisitos, são necessários diante da complexidade e importância da execução dos serviços, os quais envolvem questões de segurança, mediante a prevenção direta de riscos de acidentes inerentes a manutenção da integridade física das pessoas que frequentarão os espaços que receberão as intervenções, bem como, diante da complexidade e trâmites envolvidos na aprovação das ações executadas junto aos órgãos competentes, com destaque para o Corpo de Bombeiros Militares.

Demais requisitos específicos estão dispostos no Memorial Descritivo 25764129.

Trata-se de um serviço comum de engenharia.

#### **4 - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)**

**De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.**

4.1 - Para a presente contratação, a estimativa das quantidades foi obtida considerando-se a área de 2.001,27 metros quadrados.

4.2 - Para o levantamento das quantidades foram analisados os documentos das contratações vigentes, realizado o levantamento junto à Unidade contemplada na contratação, consideradas as previsíveis alterações de demanda e a possibilidade de economia de escala.

4.3 - A quantidade estimada está demonstrada em planilhas orçamentárias específicas (25832094 e 25832108).

#### **5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO**

**De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.**

As soluções disponíveis no mercado para atender a necessidade da Administração são:

- 1) Contratação de empresa especializada para execução dos serviços;
- 2) Utilizar o contrato vigente para manutenção no Sistema de Registro de Preço de manutenções prediais.
- 3) Realização dos serviços pela equipe de servidores da Prefeitura;

Diante dos requisitos da contratação, considerando ser indispensáveis a experiência na execução de sistemas preventivos contra incêndio em razão de ser um tipo de sistema com particularidades muito específicas e que as alternativas que não atendem a essas características não são adequadas, a melhor solução encontrada capaz de atender a necessidade da Administração é:

1. Contratação de empresa especializada para execução dos serviços;

Além disso, o contrato existente do Sistema de Registro de Preço não seria a solução mais econômica.

Ressalta-se ainda que a SECULT não tem equipe suficiente para executar os serviços aqui apresentadas, além de não dispor dos materiais para instalação dos serviços necessários.

Com base nisso, apenas a solução 1 cumpre os requisitos dispostos no item 3 desse estudo.

#### **CONCLUSÃO - MELHOR SOLUÇÃO**

Considerando as soluções de mercado supra elencadas, e as características e custos de cada opção, demonstra-se a **contratação de empresa especializada para execução dos serviços** como a melhor solução para atendimento ao

interesse público envolvido, ademais a mesma deverá dispor de funcionários qualificados para a realização de cada serviço, além de se responsabilizar pelo fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para sua execução.

## **6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)**

**De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.**

6.1 - Os valores estimados para a contratação, bem como suas memórias de cálculo estão discriminados no presente processo, tendo por base levantamento preliminar de mercado, o histórico de contratações anteriores e a demanda esperada.

6.2 - De início, estima-se a contratação no valor de R\$ 185.871,46 (cento e oitenta e cinco mil oitocentos e setenta e um reais e quarenta e seis centavos).

## **7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.**

Após análise das soluções de mercado supra elencadas, considerando os elementos dispostos em cada opção, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido a contratação de empresa especializada na execução de sistemas preventivos contra incêndio com fornecimento de material e mão de obra. Sendo assim, responsável por implantar e adequar todos os sistemas presentes no projeto aprovado no Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC).

## **8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)**

**De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.**

O processo de contratação deverá se consolidar a partir de uma única licitação, com todo o objeto adjudicado a um único licitante, sem parcelamento da contratação, visando o não fracionamento de objeto. Ademais, a justificativa da não divisão de objeto se pauta na prestação de serviço em curto espaço de tempo. Além disso, o parcelamento do objeto poderia causar problemas quanto à gestão do Contrato, não havendo a necessidade de parcelamento de contratação, mantido, com destaque, o princípio de eficiência pública, discriminada no Art. 37 da Constituição da República.

## **9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

**De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.**

Os resultados pretendidos com a presente contratação não estão atrelados apenas a termo de economicidade e de aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros, mas principalmente ao interesse público a ser atendido, que muitas vezes não está diretamente interligado a todas essas questões, vinculados, entre outros, ao princípio da eficiência pública.

No caso do presente processo, busca-se a adequação dos sistemas preventivos contra incêndio do local indicado com o intuito de garantir espaços seguros à prática cultural e de lazer dos munícipes, bem como a preservação patrimonial de edifício reconhecido por seu valor histórico.

Além das vantagens no aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros, a contratação também proporcionará outras vantagens, como economia, visto que pretendemos contratar a proposta mais vantajosa, ou seja, oferta adequada que atenda aos critérios administrativos, técnicos e legais, e que seja a de menor preço.

## **10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

**De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.**

Importante pontuar que, quanto a equipe técnica de fiscalização, essa Secretaria possui servidores com experiência técnica e conhecimento acerca do produto a ser adquirido, entretanto, caso necessário, mantém e reconhece a possibilidade de se solicitar o suporte das demais Secretarias, visando a eficiência do processo.

Desta forma, não há providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato.

Ainda, indicamos que quando da indicação dos membros para fiscalização do contrato, em atendimento ao princípio da segregação de funções, o ordenador da despesa deverá observar que não se recomenda que os membros da elaboração da fase preparatória atuem como membros da comissão de fiscalização.

## **11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

**De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.**

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes, nem tampouco, a existência de Ata de Registro de Preços em

andamento nos Consórcios CINCATARINA e CIM-AMUNESC com o mesmo objeto do processo licitatório.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Não se vislumbra impacto ambiental direto decorrente da contratação, sendo a única ressalva do processo o fato de que a contratada deverá observar e realizar a destinação adequada dos resíduos decorrentes da contratação.

13. ANÁLISE DE RISCOS

De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

Analisando os Riscos da Contratação, podemos indicar os seguintes elementos:

a) identificação de riscos - para a presente contratação, pelas análises realizadas e o histórico de contratações, constataram-se os seguintes riscos:

- I - Rescisão contratual por descumprimento do contrato por uma das partes envolvidas - Probabilidade: Raro;
- II - Atraso na execução / entrega - Probabilidade: Raro;
- III - Inexecução Parcial - Probabilidade: Raro;
- IV - Acidente de trabalho/ terceiros - Probabilidade: Pouco Provável.

Probabilidade P		
Índice	Descrição	Nível
Raro	Evento extraordinário. Acontece apenas em situações excepcionais. Não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência.	1
Pouco Provável	Evento casual, inesperado. Existe histórico de ocorrência. O histórico conhecido aponta para a baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo.	2
Provável	Evento esperado de frequência reduzida. Histórico parcialmente conhecido. Repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte.	3
Muito provável	Evento usual de frequência habitual. Histórico amplamente conhecido. Repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há indícios que ocorrerá nesse horizonte.	4
Praticamente certo	Evento que se repete seguidamente. Interfere no ritmo das atividades. Ocorrência quase garantida no prazo associado ao objetivo.	5

b) análise de riscos - os riscos encontrados possuem como consequência:

- I - Rescisão contratual por descumprimento do contrato por uma das partes envolvidas - em caso onde o serviço não é realizada conforme o projeto, bem como não segue o estabelecido no contrato, tanto pela contratada quanto pela contratante. - Impacto: Médio.
- II - Atraso na execução / entrega - como trata-se de serviço que terá escavação em área descoberta, as condições climáticas podem interferir na programação do serviço. - Impacto: Baixo.
- III - Inexecução Parcial - em caso onde há quebra de contrato durante a execução dos serviços. - Impacto: Médio.
- IV - Acidente de trabalho/ terceiros - necessário que as equipes que forem realizar o serviço façam o uso adequado dos equipamentos de segurança (EPis e EPC), além de treinamentos de segurança para as atividades desempenhadas. - Impacto: Baixo.

Impacto (I)		
Índice	Descrição	Nível
Muito Baixo	Não afeta o objetivo. Compromete minimamente o atingimento do objetivo. Para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultados.	1
Baixo	Afeta pouco o objetivo. Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultados.	2

Médio	Torna incerto ou duvidoso o alcance do objetivo. Compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultado.	3
Alto	Torna improvável o alcance do objetivo. Compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultado.	4
Muito Alto	Capaz de impedir o alcance do objetivo. Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultado.	5

**c) avaliação de riscos** - dos riscos encontrados, procedendo à ponderação do impacto e da probabilidade, constatamos que os riscos são classificados como:

- I - Rescisão contratual por descumprimento do contrato por uma das partes envolvidas - Risco Médio.
- II - Atraso na execução / entrega - Risco Baixo;
- III - Inexecução Parcial - Risco Médio;
- IV - Acidente de trabalho/ terceiros - Risco Médio.

Classificação dos Riscos	
Pontuação	Risco
15 a 25	Muito Alto
8 a 12	Alto
3 a 6	Médio
1 e 2	Baixo
0	Muito Baixo

**d) Tratamento de riscos** - com base na análise realizada, esta equipe de planejamento entende que deve-se adotar a conduta de monitorar os riscos supracitados afim de acompanhar o melhor andamento e execução do processo. Além disso, seria importante tomar as devidas condutas:

- I - Rescisão contratual por descumprimento do contrato por uma das partes envolvidas - Conduta: Evitar.
- II - Atraso na execução / entrega - Conduta: Evitar/ mitigar;
- III - Inexecução Parcial - Conduta: Evitar;
- IV - Acidente de trabalho/ terceiros - Conduta: mitigar por meio de EPC e EPI;



Possibilidade de Tratamento de Riscos	
Conduta	Descrição
Evitar	Descontinuar a atividade, interromper o processo de trabalho.
Transferir	Compartilhar o risco com terceiros, como no caso dos seguros.
Mitigar	Desenvolver e implementar medidas para evitar que o risco se concretize e/ou medidas para atenuar o impacto e as consequências, caso ocorra.
Mitigar/transferir	Desenvolver e implementar ambas as medidas: mitigar e transferir
Aceitar	Não há necessidade de adotar quaisquer medidas. Considerar se é o caso de monitorar ao longo do tempo.

**14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)**



Para proceder à análise da viabilidade da contratação, esta deve atender positivamente os seguintes critérios, observando o disposto nos demais tópicos do Estudo Técnico Preliminar:

Parâmetro considerado	Sim	Não	Observação / Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	x		
2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	x		
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	x		
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	x		
5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	x		
6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.	x		
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?	x		


Com base neste Estudo Técnico Preliminar, a Equipe/Comissão de Planejamento declara **viável** a contratação de empresa especializada para a execução de complementação e adequações do sistemas de prevenção e combate a incêndios nos moldes descritos no presente Estudo Técnico Preliminar, vez que se mostrou a solução técnica e economicamente mais adequada à necessidade da Administração e fundamentadamente atende ao interesse público.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Alexandre Rocha, Servidor(a) Público(a)**, em 18/06/2025, às 09:25, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Rayssa Renovato dos Reis, Coordenador(a)**, em 18/06/2025, às 09:26, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **25772481** e o código CRC **5419D939**.